

▣

À

Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Botuverá-SC

REFERÊNCIA: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019


ROMAC TECNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 91.595.678/0001-10, com sede na Rodovia RS 118 Km 18, Nº 5195, bairro Bonsucesso, Gravataí - RS, CEP: 94030-260, na qualidade de licitante do Pregão eletrônico acima mencionado vem respeitosamente, tempestivamente, com fulcro nas Leis 8.666/93 e 10.520/02 e no do edital supra, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em face das exigências contidas no instrumento convocatório, requerendo assim as modificações necessárias.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Botuverá-SC, 02 de julho de 2019


Romac Técnica de Máquinas e Equipamentos Ltda
CNPJ: 91.595.678/0001-10


João Kennedy Paulini
Ch. Div. Administração
03/07/19

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº

1. Das razões de Impugnação

Examinando criteriosamente o edital promulgado, objetivando a aquisição de 1 UMA PÁ CARREGADEIRA NOVA SOBRE RODAS, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, Termo de Referência, a Impugnante constatou que o mesmo contém algumas exigências e determinações que não só restringem o universo de possíveis competidores, como estão a comprometer a legalidade do certame.

Para sustentar seus argumentos invoca-se o disposto na Lei 10.520/2002:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

*II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;***

Ao impor requisitos excessivos e desnecessários, o Edital limitou claramente a competição, afastando-se do objetivo maior do pregão que é assegurar a participação do maior número possível de participantes, acirrando a competição, o que permitiria a obtenção de um melhor preço.

Também há afronta aos princípios constitucionais da isonomia e da igualdade, insertos no art. 3º da Lei 8.666/93, o qual dispõe que:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será **processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Semelhante regra consta do caput do art. 5º, do Decreto 5450/2005, que acrescenta o princípio da razoabilidade:

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Afrontou-se, ainda, o princípio da razoabilidade, uma vez que a exigência de equipamento exclusivo de determinada fabricante impede que outros fabricantes participem do certame.

Consoante o Edital ora impugnado tem por objeto, também, item 1, anexo I, "Pá Carregadeira....com Transmissão Hidrostática, Power Shift ou Superior, com no mínimo 04 marchas à frente e 04 a ré".

Ocorre que, tal condição acaba por prejudicar o caráter competitivo da licitação e deve ser declarada como inválida, ensejando a suspensão do certame.

A teor do que consta na Lei 10.520/2002, ficarão vedadas todas exigências que sejam irrelevantes para o certame. Senão vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;**

Ocorre que, de acordo com a tabela comparativa abaixo, SOMENTE UM FABRICANTE terá condições de participar no certame.

Note-se que a exigência de quatro marchas a ré se traduz somente em item de "conforto" ao operador, mas jamais em característica que resulte em benefício operacional, capaz de resultar em maior rendimento ou ganho de produção.

Nem mesmo a sustentação de que o equipamento poderá ser utilizado em longos terrenos planos, em razão da 4ª marcha, se sustenta, mesmo porque, a circulação em marcha ré, considerando obras viárias no município, até mesmo nas estradas vicinais, não exigirão a utilização de tantas marchas a ré, quanto as marchas a frente.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Afrontou-se, ainda, o princípio da razoabilidade, uma vez que a exigência de equipamento exclusivo de determinada fabricante impede que outros fabricantes participem do certame.

Consoante o Edital ora impugnado tem por objeto, também, item 1, anexo I, "Pá Carregadeira....com Transmissão Hidrostática, Power Shift ou Superior, com no mínimo 04 marchas à frente e 04 a ré".

Ocorre que, tal condição acaba por prejudicar o caráter competitivo da licitação e deve ser declarada como inválida, ensejando a suspensão do certame.

A teor do que consta na Lei 10.520/2002, ficarão vedadas todas exigências que sejam irrelevantes para o certame. Senão vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;**

Ocorre que, de acordo com a tabela comparativa abaixo, SOMENTE UM FABRICANTE terá condições de participar no certame.

Note-se que a exigência de quatro marchas a ré se traduz somente em item de "conforto" ao operador, mas jamais em característica que resulte em benefício operacional, capaz de resultar em maior rendimento ou ganho de produção.

Nem mesmo a sustentação de que o equipamento poderá ser utilizado em longos terrenos planos, em razão da 4ª marcha, se sustenta, mesmo porque, a circulação em marcha ré, considerando obras viárias no município, até mesmo nas estradas vicinais, não exigirão a utilização de tantas marchas a ré, quanto as marchas a frente.

Fica evidente, portanto, que a formatação do instrumento convocatório coloca em risco o princípio da economicidade e afronta a obrigatoriedade de franquear o amplo acesso ao processo licitatório, contrariando o disposto no artigo 37, XXI da CF/88.

Numa análise mais acurada ao Edital, fica a certeza de que, de um total aproximado de SETE FABRICANTES, somente DOIS terão condições de participar do certame sem que haja risco de ser inabilitado. Senão, vejamos:

	KOMATSU WA200	DOOSAN DL200-2	CASE 621E	NEW HOLLAN W130B	CATERPILLAR 924K	VOLVO L60F	HYUNDAI HL740
PÁ CARREGADEIRA DE RODAS, NOVA, OKM/HORAS, 2019 OU SUPERIOR	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
MOTOR DIESEL DE 6 CILINDROS DO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO	NÃO (4 CILINDROS)	OK (DOOSAN 6 CILINDROS)	OK	OK	OK (6 CILINDROS)	OK (6 CILINDROS)	NÃO (CUMMINS)
POTÊNCIA MÍNIMA 140 HP	NÃO (128 HP)	146	NÃO (137 HP)	NÃO (137 HP)	OK	OK	OK
CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 1,8M3	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 10.000 KG.	OK	11.400	OK	OK	OK	OK	OK
TRANSMISSÃO TIPO AUTOMÁTICA, OU HIDROSTÁTICA, POWER SHIFT, OU SUPERIOR,	HIDROSTÁTICA	POWER SHIFT	POWER SHIFT	POWER SHIFT	HIDROSTÁTICA	POWER SHIFT	POWER SHIFT
TRANSMISSÃO COM NO MÍNIMO DE 4 MARCHAS À FRENTE E 4 A RÉ, -	OK (4F E 4R)	NÃO (4F E 3R)	NÃO (4F E 3R)	NÃO (4F E 3R)	OK (4F e 4R)	OK (4F e 4R)	NÃO (4F E 3R)
CABINE ROPS/FOPS, FECHADA COM AR CONDICIONADO;	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
PNEUS NOVOS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 17,5-25, 12PR-L2, -	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
FREIOS A DISCOS EM BANHO À ÓLEO NAS QUATRO RODAS, COM SISTEMA HIDRÁULICO DE ATUAÇÃO; - DIREÇÃO HIDRÁULICA/HIDROSTÁTICA	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
ÂNGULO DE ARTICULAÇÃO DE NO MÍNIMO 35° AMBOS OS LADOS	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
EQUIPADA COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA OBRIGATORIOS CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO (ALARME SONORO DE RÉ, PISCA ALERTA E DIRECIONAL E BUZINA);	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK
GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES SEM LIMITE DE HORAS; * INCLUSIVE TODAS AS REVISÕES DO PERÍODO DE GARANTIA CONSTANTES NO MANUAL TÉCNICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS, PEÇAS, FILTROS, LUBRIFICANTES E DEMAIS NECESSÁRIOS PARA ENTREGA DA REVISÃO, SEM ONUS PARA A CONTRATANTE;	OK	OK	OK	OK	OK	OK	OK

Por conta disto, o Edital, no que concerne a este item, encontra-se eivado de vícios que impedem sua continuidade. É imperioso, portanto, a sua modificação, sob pena de alijamento de maioria dos concorrentes.

Nenhuma vantagem será obtida pelo ente público caso mantida a exigência, aliás, muito pelo contrário, uma vez que alijará do certame outros tantos concorrentes,

Sendo assim, pode-se afirmar que, a teor do que consta no instrumento convocatório, resta evidente que a formatação do Edital impedirá a ampliação de ofertas, com conseqüente prejuízo ao ente público, o que deve ser expressamente vedado, sob pena de intervenção direta do Tribunal de Contas e de demais órgãos fiscalizadores.

DOS PEDIDOS

Isso posto, **requer a Vossa Senhoria seja recebida a presente impugnação**, e então seja alterada a exigência de transmissão para, no mínimo, 3 marchas, o que compatibilizará o instrumento convocatório com o ordenamento jurídico e, sobretudo, com o interesse público, que visa à amplitude de concorrência e a consequente obtenção da proposta mais vantajosa.

Convém ressaltar mais uma vez que o procedimento do pregão está sujeito à análise de sua regularidade e legalidade pelo Poder Judiciário, sendo certo que a Recorrente adotará os mecanismos judiciais para a defesa de seus direitos e do próprio interesse público, e, sobretudo, para fazer valer as regras que disciplinam as licitações.

Nestes termos

Pede deferimento.

Botuverá—SC, 02 de julho de 2019.



Romac Técnica de Máquinas e Equipamentos Ltda
CNPJ: 91.595.678/0001-10